



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

João Carlos Pereira é servidor público municipal efetivo, ocupante do cargo de Técnico Administrativo no Município de Águas Claras há 8 anos, sempre tendo exercido suas funções com dedicação e sem qualquer anotação em sua ficha funcional.

Em março de 2024, João Carlos sofreu um acidente doméstico em sua residência, fraturando a perna direita, motivo pelo qual precisou se afastar do trabalho por determinação médica. Apresentou atestado médico válido indicando 30 dias de afastamento.

Durante o período de afastamento, João Carlos foi orientado por seu médico a fazer fisioterapia três vezes por semana. As sessões de fisioterapia eram realizadas sempre no período da manhã, das 8h às 9h, na clínica "Reabilitar", localizada no centro da cidade.

No 15º dia de seu atestado médico, João Carlos foi visto pelo chefe de setor da Secretaria Municipal, Sr. Pedro Lima, saindo da clínica de fisioterapia às 9h da manhã. Pedro Lima, desconhecendo que se tratava de tratamento médico, comunicou o fato ao Departamento de Recursos Humanos alegando que João Carlos estava "fingindo doença" e "praticando atividades incompatíveis com o atestado".

Com base nessa comunicação, a Administração Municipal instaurou processo administrativo disciplinar contra João Carlos, imputando-lhe a prática de "abandono de cargo" e "uso indevido de atestado médico".

Durante o processo administrativo, João Carlos apresentou toda a documentação médica comprobatória de seu tratamento, incluindo relatórios médicos, prescrições de fisioterapia e comprovantes de comparecimento às sessões. Juntou também declaração da clínica confirmando os horários do tratamento.

Apesar das provas apresentadas, a comissão processante concluiu pela aplicação da penalidade de **SUSPENSÃO** por 30 dias, sem motivação.

Insatisfeito com a decisão, João Carlos esgotou todos os recursos administrativos, mas a penalidade foi mantida. A suspensão foi cumprida em setembro de 2024.

Em outubro de 2024, o Município de Águas Claras ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** contra João Carlos Pereira, requerendo o ressarcimento dos valores pagos a título de remuneração durante os 30 dias de suspensão (equivalente a R\$ 6.000,00), alegando que:

- A suspensão foi aplicada após regular processo administrativo
- O servidor cometeu falta disciplinar comprovada
- Há direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente
- Os valores são devidos com juros e correção monetária

João Carlos procurou você, informando que:

- Sempre agiu de boa-fé e seguiu rigorosamente as orientações médicas

- Não cometeu qualquer falta disciplinar
- A suspensão foi injusta e baseada em interpretação equivocada dos fatos
- Não deve nada ao Município

Redija a peça cabível para a defesa dos interesses de João Carlos Pereira, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes. (Valor: 5,00)

Obs.: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Legislação de Base: Lei nº 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais)

Roberto, servidor público federal efetivo, foi submetido a processo administrativo disciplinar sob acusação de ter se apropriado indevidamente de equipamentos públicos. Durante a instrução processual, Roberto solicitou acesso integral aos autos do processo, mas a comissão disciplinar negou o pedido, alegando sigilo necessário à apuração. Ademais, Roberto requereu a oitiva de três testemunhas que presenciaram os fatos, mas apenas uma foi ouvida, sendo as demais dispensadas pela comissão "por economia processual".

Ao final, Roberto foi penalizado com suspensão de 60 dias, mas não foi comunicado sobre seu direito de apresentar recurso administrativo.

Com base na legislação federal aplicável ao regime jurídico dos servidores públicos, responda fundamentadamente:

A) Roberto tem direito ao acesso integral aos autos do processo administrativo disciplinar durante a fase de instrução? Fundamente sua resposta. (Valor: 0,60)

B) A negativa de oitiva das testemunhas arroladas por Roberto compromete a validade do processo? Justifique. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Legislação de Base: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

O Município de Águas Claras pretende contratar empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, incluindo coleta de lixo, varrição e capinação, pelo período de 24 meses, com valor estimado de R\$ 2.400.000,00.

O Prefeito determinou à Secretaria de Obras que realizasse pregão eletrônico, fixando prazo de 5 dias úteis entre a publicação do edital e a abertura das propostas, alegando urgência na contratação em razão do início do período chuvoso.

Durante a sessão pública, a empresa vencedora apresentou proposta no valor de R\$ 1.800.000,00, mas não conseguiu comprovar experiência anterior na prestação de serviços similares, apresentando apenas atestados de serviços de jardinagem em condomínios residenciais.

Considerando a Nova Lei de Licitações, responda fundamentadamente:

- A) O prazo de 5 dias úteis fixado entre a publicação do edital e abertura das propostas está correto para a modalidade pregão eletrônico? Justifique sua resposta. (Valor: 0,60)
- B) A experiência em serviços de jardinagem é suficiente para comprovar a capacidade técnica para execução de serviços de limpeza urbana? Fundamente. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Legislação de Base: Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) alterada pela Lei nº 14.230/2021
Marina, Secretária Municipal de Educação, autorizou a contratação direta de empresa de informática, sem licitação, para fornecimento de tablets educacionais no valor de R\$ 800.000,00, alegando dispensa de licitação por emergência educacional decorrente da pandemia.

Posteriormente, descobriu-se que Marina é sócia oculta da empresa contratada e que não havia qualquer situação emergencial que justificasse a dispensa licitatória, uma vez que o município dispunha de equipamentos suficientes em estoque.

O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Marina, imputando-lhe a prática de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa vigente, responda:

A) A conduta de Marina configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito? Justifique sua resposta indicando os elementos caracterizadores. (Valor: 0,65)

B) Qual o prazo prescricional aplicável ao caso e a partir de quando se inicia sua contagem? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Legislação de Base: Lei nº 14.133/2021 e Constituição Federal de 1988

A Prefeitura de Vila Rica publicou edital de concorrência para construção de escola municipal no valor de R\$ 5.000.000,00. O edital exigia que as empresas licitantes tivessem sede no município há pelo menos 2 anos e comprovassem patrimônio líquido mínimo de R\$ 8.000.000,00.

A empresa Construções Nacionais Ltda., com sede em outro estado e patrimônio líquido de R\$ 6.000.000,00, mas com comprovada experiência em obras similares, teve sua proposta desclassificada por não atender aos requisitos editalícios.

A empresa impugnou administrativamente o edital, alegando violação aos princípios constitucionais, mas teve sua impugnação rejeitada pela Administração.

Com base na legislação licitatória vigente e nos princípios constitucionais, responda:

A) A exigência de sede no município configura restrição legítima à competitividade? Justifique com fundamento nos princípios constitucionais aplicáveis. (Valor: 0,65)

B) A exigência de patrimônio líquido superior ao valor da obra está em conformidade com a legislação? Fundamente sua resposta. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

